

Revista de Guimarães

Publicação da Sociedade Martins Sarmento

MIGRAÇÕES, NUPCIALIDADE E TRANSIÇÃO DA FECUNDIDADE. ESTUDO DE CASO NO BONFIM, PARÓQUIA DA CIDADE DO PORTO.

MAIA, Rui Leandro

Ano: 2005-2006 | Número: 115-116

Como citar este documento:

MAIA, Rui Leandro, Migrações, Nupcialidade e Transição da Fecundidade. Estudo de caso no Bonfim, paróquia da cidade do Porto. *Revista de Guimarães*, 115-116 Jan.-Dez. 2005-2006, p. 197-214.

Casa de Sarmiento
Centro de Estudos do Património
Universidade do Minho

Largo Martins Sarmento, 51
4800-432 Guimarães

E-mail: geral@csarmento.uminho.pt

URL: www.csarmento.uminho.pt



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

Migrações, Nupcialidade e Transição da Fecundidade.

Estudo de caso no Bonfim, paróquia da cidade do Porto¹.

Rui Leandro Maia²

Resumo

A partir de uma base de dados de registo de casamento da paróquia do Bonfim, da cidade do Porto, levantada entre os anos de 1940 e de 1969, o artigo analisa comportamentos referentes às idades médias ao primeiro casamento de mulheres residentes segundo as tipologias de naturais do espaço urbano e de migrantes.

Toma por referência o modelo de fecundidade dos casamentos anterior à adopção da contracepção generalizada - traduzido em indicadores como o elevado número médio de filhos por mulher, 5,6, o espaçamento entre nascimentos a oscilar entre os 24 e os 36 meses e a idade média das mulheres de 39 anos ao nascimento do último filho - e confronta-o com o impacto de uma idade média ao primeiro casamento superior para as mulheres migrantes em relação às mulheres naturais da cidade.

O valor estável do número médio de crianças por mulheres casadas entre 1940 e 1960, expresso num estudo clássico sobre a fecundidade em Portugal (Livi Bacci 1971: 97), explica a opção que aqui se faz pelo tratamento de conjunto de trinta anos de informações e pela construção de um cenário de reprodução que compara os comportamentos de mulheres migrantes e de mulheres naturais da cidade no pressuposto de que as migrações em muito explicam o declínio da fecundidade em Portugal.

O cruzamento e o tratamento das informações deixa perceber que a menor capacidade reprodutiva no espaço urbano em relação ao distrito pode estar muito mais relacionada com a contribuição das migrações do que com a adopção de mecanismos de inibição à reprodução.

Palavras-chave: Fecundidade, Migrações, Nupcialidade, Transição Demográfica.

¹ Este artigo insere-se no âmbito de uma investigação com financiamento da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, através do CEAA - Centro de Estudos de Antropologia Aplicada da Universidade Fernando Pessoa, intitulada THE RURAL-URBAN MIGRATION IMPACT ON THE DEMOGRAPHIC TRANSITION PROCESS: PORTUGAL SINCE SECOND WORLD WAR UNTIL THE 90'S, CEAA/0014/RLM, com desenvolvimento entre Janeiro de 2005 e Dezembro de 2007.

² Professor Associado Convidado da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa, Investigador do CEAA - Centro de Estudos de Antropologia Aplicada da Universidade Fernando Pessoa.

Introdução

O desenvolvimento da industrialização na cidade do Porto provocou um crescimento demográfico relevante de espaços periféricos em relação ao núcleo urbano. A instalação de unidades de produção e a construção de habitações de baixa qualidade explicam o aumento das densidades populacionais efectuado à custa da afluência de gente vinda dos concelhos próximos e distantes, mas que na sua maioria está adstrita ao Norte do País. O Bonfim, onde foi feita a recolha da informação que suporta este artigo, constitui justamente um espaço periférico de grande importância industrial e demográfica entre finais do século XIX e meados do século XX. Um espaço onde se podem observar os efeitos que as evoluções conjunturais de economia e de mercado têm sobre os fluxos migratórios:

Migrações “de fora para dentro”, rumo ao núcleo urbano, correspondentes a um tempo em que a cidade no seu todo ainda estava a aumentar o número de habitantes e as zonas de maior industrialização eram as que mais beneficiavam desse crescimento;

Migrações do núcleo urbano para as periferias da cidade, de que o Bonfim se ressentia;

Migrações resultantes do êxodo de milhares de rurais dos concelhos em redor da cidade ou mais distantes, num processo que é sobretudo marcado pelas saídas para o estrangeiro, com ênfase para o período que vai da década de quarenta até ao final da década de sessenta do século XX;

Migrações do núcleo urbano e dos subúrbios, como o Bonfim, para fora da cidade, para os concelhos limítrofes e próximos, num processo que mais não corresponde do que ao alargamento da cidade do Porto para além das suas fronteiras administrativas.

O Bonfim regista, enquanto freguesia, entre o censo de 1940 e o censo de 1970 uma das populações mais elevadas da cidade, respectivamente 41260 residentes, 16,0 por cento da população da cidade, e 37925 residentes, 12,6 por cento da população da cidade, só ultrapassada em 1940 e 1950 por Cedofeita, em 1960 por Paranhos e em 1970 por Paranhos e por Campanhã. Ou seja, os espaços que são periféricos foram ganhando maior expressão demográfica, numa dinâmica complexa entre as freguesias da cidade e os centros dos concelhos que lhe estão próximos. Neste período de trinta anos, a sua população migrante representa cerca de 40 por cento dos residentes.

O artigo aborda a dimensão da contribuição das mulheres que para aí migraram através da análise da nupcialidade e do seu impacto na redução da capacidade reprodutiva entre os anos de 1940 e de 1969, período correspondente, grosso modo, à segunda fase da primeira Transição da Fecundidade em Portugal³, estabelecendo a comparação dos seus comportamentos em relação a um grupo de controlo constituído por mulheres daí naturais. São indicadores de comparação entre os dois grupos de mulheres residentes as idades médias ao primeiro casamento de *per si* e cruzadas com as ocupações/profissões, com a distância dos espaços de origem de nascimento à cidade e com as tipologias de casamentos, segundo as origens geográficas dos cônjuges.

A fixação das mulheres migrantes ao espaço urbano, a assunção de responsabilidade laborais e a necessidade de assegurar a própria sobrevivência e a dos demais, que permaneceram nas terras de origem, constituem-se como mecanismos de inibição ao matrimónio ou ao seu retardamento com visíveis consequências na redução da capacidade reprodutiva, não necessariamente à custa da introdução e da generalização de métodos contraceptivos, de resto, ao tempo, de difícil acesso.

São diversos os estudos que referem a existência de idades médias ao primeiro casamento superiores para os migrantes, de ambos os sexos, em relação aos naturais e do seu impacto no processo reprodutivo, com explicações mais ou menos especulativas associadas a dificuldades de integração dos primeiros (Almeida et al. 2002; Brettell 1991: 189; Guinnane et al. 2005; Kulu 2005; Maia 2003; Oris 1996, 2000, 2003). Apesar dos muitos trabalhos publicados sobre fecundidade matrimonial, é de relevar a ausência de estudos de micro-análise que, tendo por escopo a comparação de comportamentos entre grupos de análise - migrantes e não migrantes - dêem conta de relações causais, de inferência estatística, entre migrações, nupcialidade e fecundidade.

A abordagem tradicional da Transição Demográfica é tida como limitada no alcance das explicações que é capaz de fornecer para as alterações operadas entre um tempo caracterizado por altas taxas de mortalidade e de natalidade e um tempo caracterizado por baixas taxas de mortalidade e de natalidade. É também limitada a associação entre industrialização, desenvolvimento económico e alteração de comportamentos demográficos.

³ Sobre a primeira e a segunda Transição da Fecundidade em Portugal ler, por exemplo, Ferrão (1996) e Oliveira (2005).

A abordagem da Transição Demográfica, como processo que se desenvolve no tempo longo decorrente de um conjunto alargado de factores, demográficos e não demográficos, é cada vez mais ampla, embora se distancie dos trabalhos tradicionais por duas razões fundamentais: a limitação a espaços geográficos locais e regionais e a insuficiência de fontes padronizadas que permitam aferir da existência de relações causais entre variáveis.

Se a abordagem tradicional da Transição Demográfica assenta na evolução ao longo do tempo de indicadores macro espaciais que o repositório estatístico dos países, como Portugal, contempla desde há muitos anos, o mesmo não acontece com a abordagem assente do cruzamento de factores, que é realizada, em muitos casos, a partir da adaptação de fontes, na essência constituídas para outros fins, ou da produção de instrumentos de recolha de informações, umas e outras sempre limitadas no espaço geográfico.

A contribuição da Demografia Histórica para uma visão renovada e profunda das alterações ocorridas nas populações ao longo dos séculos, em particular dos séculos XIX e XX, tem sido fundamental porque, embora limitada a realidades micro-espaciais, faz uso de informação múltipla, recolhida dos registos paroquiais e associada em fichas de família. Permite estudar os comportamentos demográficos e as suas alterações no tempo, pela relação entre indicadores demográficos como as concepções, os óbitos e as migrações com indicadores sociais e económicos como os casamentos e as ocupações/profissões. Neste âmbito e no que respeita à Transição da Fecundidade emerge a importância das migrações e da nupcialidade para a explicação dos comportamentos de inibição da reprodução: as migrações têm intervenção na nupcialidade, impondo-lhe idades médias superiores às verificadas em relação aos que são naturais do espaço urbano. A análise da nupcialidade e das alterações que, no tempo e no espaço, lhe estão associadas é da maior importância para a compreensão das variações do quadro reprodutivo no âmbito da Transição da Fecundidade. As idades médias ao primeiro casamento nos espaços urbanos, tanto masculinas como femininas, são, quase sempre, superiores às verificadas para os distritos correspondentes e para o País. E, numa sociedade que não generalizou a contracepção, este facto é da maior importância. A idade média, ao primeiro casamento, determina, em parte, o número de filhos que as mulheres terão, em correspondência com os princípios de funcionamento das sociedades pré-malthusianas. Importa, contudo, tentar perceber em que medida e com que intensidade isso acontece.

Metodologia

O levantamento e o tratamento de informações constantes nos registos de casamento da paróquia do Bonfim são feitos, neste artigo, pela origem geográfica do nascimento das mulheres residentes segundo as categorias de naturais e de migrantes. As análises apresentadas em relação às idades médias, ao primeiro casamento, radicam nas origens geográficas das mulheres residentes na cidade e consideram como factores susceptíveis de intervenção as ocupações ou profissões e as tipologias de casamentos, segundo uma combinação possível pelas origens geográficas dos cônjuges. Os registos de casamento, que reproduzem as mesmas informações para os cônjuges, permitem saber quem casa com quem em todos os itens que consideram. Em relação às origens geográficas, detectam-se assim quatro combinações possíveis que, associadas ao casal, permitem, por sua vez, dezasseis combinações ou tipos de casamento. O artigo apenas considera quatro categorias fundamentais unidas pela circunstância de os cônjuges residirem na cidade ao tempo do matrimónio.

A base de dados recolhida por amostragem sistemática é composta por 3198 casamentos e, conseqüentemente, por 6396 cônjuges. Em cada livro de registos de casamentos, correspondente a um ano civil, foi levantado um acto por cada três. Este tipo de amostragem consiste em retirar directamente da fonte com que o investigador trabalha os elementos representativos do universo, segundo uma dada ordem que se mantém em cada recolha. A menos que a fonte apresente oscilações periódicas, o que não é o caso, a amostragem sistemática constitui um processo completamente satisfatório de representação de uma população.

O cruzamento das variáveis e os teste estatísticos, descritivos e de inferência, são apresentados em anexo respeitado a sequência nas descrições feitas ao longo do texto.

Discussão de resultados

Em 1964, o *Office of Population Research de Princeton* deu início a um projecto que teve por objectivo estudar o declínio da fecundidade na Europa, o *Princeton European Fertility Project*, com uma primeira contribuição sobre Portugal (Livi Bacci 1971). A análise que sustenta essa contribuição assenta em procedimentos então estabelecidos para o quadro europeu e, exclusivamente, em fontes de natureza macro, não nominativas, ou

seja, os indicadores constantes nos censos de 1930, 1940, 1950 e 1960. Com importância imediata para este texto, reproduzem-se duas sínteses aí apresentadas. A primeira sobre o hipotético número médio de filhos por mulheres casadas com 20 ou com 25 anos, entre os censos de 1940, 1950 e 1960 para o distrito do Porto e para o País. Dela se destaca a importância que a idade média, ao casamento, tem na reprodução, apesar do seu decréscimo no tempo (Bandeira 1996: 512-513), e a pouca variação do número médio de filhos entre as décadas, o que justifica a opção tomada neste artigo para se tratar a massa de informações por um único período e não por décadas.

Quadro 1. Hipotético número de crianças por mulher casada

Espaços	Número médio de crianças por mulheres casadas com 20 anos			Número médio de crianças por mulheres casadas com 25 anos		
	1940	1950	1960	1940	1950	1960
Distrito do Porto	5,30	5,68	5,70	3,42	3,65	3,60
Portugal	4,91	4,75	4,62	3,27	3,05	2,87

Fonte: Livi Bacci (1971: 97) (adaptado)

E a segunda sobre o número médio de filhos para as mulheres casadas há 20 ou mais anos, para 1940, no distrito do Porto e no País, em que é expressiva a diferença do número médio de filhos entre o distrito e a cidade.

Quadro 2. Número médio de filho por mulheres casadas há 20 ou mais anos: 1940

Mulheres entre os 40-44 anos			
Espaços	Distrito (1)	Capital de distrito (2)	Diferença em percentagem 2/1 (3)
Porto	5,56	3,85	- 30,8
Portugal	5,53	5,28	- 6,2

Fonte: Livi Bacci (1971: 109) (adaptado)

Apesar das importantes conclusões a que o estudo chegou, a natureza das fontes utilizadas não permite perceber evidências nos planos espacial e temporal, como as diferenças sobre as idades, ao primeiro casamento, ou sobre o número de descendentes. A ausência de detalhe destas fontes

impede o estudo de pormenor e de associação entre variáveis, impede o estabelecimento relações de causa efeito entre variáveis como a origem geográfica dos residentes no espaço urbano e as idades ao primeiro casamento ou o número médio de filhos⁴. Importa perceber que quota-parte coube aos migrantes que se fixaram na cidade em relação à redução do potencial reprodutivo e, em particular, perceber que papel coube à nupcialidade. É, para tal, necessário que se projectem comportamentos em separado, para os residentes na cidade, pelos grupos de naturais e de migrantes. Existe, ainda, muito trabalho a fazer de complemento ao contributo dado pelo Grupo de Princeton, para que se possa compreender as causas dos comportamentos diferenciados no espaço e no tempo em relação à questão da fecundidade. Este artigo constitui contributo de análise e de interpretação e integra um projecto mais vasto que visa perceber o impacto das migrações e da nupcialidade na Transição da Fecundidade em Portugal⁵.

*

* *

A idade média, ao primeiro casamento, para as mulheres residentes no Bonfim, é de 23,9 anos para as naturais da cidade e de 27,5 anos para as migrantes. A diferença de 3,6 anos observada é estatisticamente significativa ($p < ,05$) e demonstra que o espaço geográfico de origem tem influência na idade matrimonial no espaço urbano.

Numa distribuição mais complexa da idade média para ao primeiro casamento para as mulheres residentes na cidade, segundo a origem geográfica do nascimento, verifica-se que a distância ao local de residência e de matrimónio é reveladora das diferenças observadas. As mulheres nascidas

⁴ Isso mesmo reconhece o autor do estudo, a propósito da eventual relação que as saídas em massa de portugueses para o estrangeiro terão tido na mudança de comportamentos reprodutivos após a Segunda Guerra Mundial, ao afirmar que "em face dos escassos elementos de que dispomos, torna-se difícil proceder a uma avaliação cuidadosa do carácter da emigração portuguesa e é impossível determinar o seu papel e impacto sobre a fecundidade." (Livi Bacchi 1971: 86).

⁵ O projecto THE RURAL-URBAN MIGRATION IMPACT ON THE DEMOGRAPHIC TRANSITION PROCESS: PORTUGAL SINCE SECOND WORLD WAR UNTIL THE 90'S, conta com o Financiamento da FCT - Fundação para a Ciência e Tecnologia, no âmbito do financiamento plurianual do CEEA - Centro de Estudos de Antropologia Aplicada da Universidade Fernando Pessoa (CEEA/0014/RLM), com desenvolvimento previsto entre Janeiro de 2005 e Dezembro de 2007. Tem por grande objectivo promover a reconstituição de famílias a partir dos registos de casamentos e de baptizados com vista à realização de um estudo exaustivo dos comportamentos reprodutivos das mulheres residentes na cidade pelas origens geográficas de naturais e de migrantes.

no estrangeiro são as que contraem matrimónio mais tarde, em média com 28,9 anos, seguidas das oriundas das dos concelhos distantes ao Porto, mais circunscritos à Região Norte, em particular ao distrito do Porto, e que em média casam com 27,6 anos. As oriundas dos concelhos fronteiriços ao Porto casam em média com 25,8 anos.

O sector de actividade económica, segundo a origem geográfica, intervém de forma estatisticamente significativa na idade com que as mulheres se casam pela primeira vez para as que são naturais da cidade ($p < ,05$). As que têm ocupações associadas ao sector secundário casam em média com 22,9 anos e as que têm ocupações associadas ao sector terciário casam em média com 24,4 anos. Para as que migraram para a cidade, a casarem aos 26,7 anos e aos 27,5 anos, respectivamente para os sectores secundário e terciário, as diferenças não são estatisticamente significativas ($p > ,05$). Nas mulheres na condição de domésticas, em número muito significativo para o tempo em observação, com idades médias ao primeiro casamento de 24,3 para as da cidade e de 27,4 para as migrantes, a diferença de 3,1 anos é estatisticamente significativa ($p < ,05$).

O grau de especialização das ocupações/profissões parece interferir nas idades médias, ao primeiro casamento, das mulheres segundo as origens geográficas. Embora sejam constantes as médias diferenciadas a partir da condição geográfica de naturais ou de migrantes, as primeiras mais baixas do que as segundas, em relação às ocupações/profissões, nem sempre essas diferenças são estatisticamente significativas. Nas ocupações/profissões de menor especialização as mulheres naturais da cidade casam sempre mais cedo do que as mulheres migrantes, sendo essas diferenças estatisticamente significativas ($p < ,05$), como acontece em relação às serviçais, com idades médias, ao primeiro casamento, respectivamente, de 24,5 anos e de 27,0 anos, ou em relação às costureiras, com idades médias ao primeiro casamento, respectivamente, de 22,7 anos e de 25,4 anos. Mas nas ocupações/profissões de maior especialização, as diferenças não são estatisticamente significativas ($p > ,05$), como acontece em relação às professoras, com idades médias ao primeiro casamento, respectivamente, de 24,4 anos e de 26,6 anos, ou em relação às empregadas de escritório, com idades médias, ao primeiro casamento, respectivamente, de 24,7 anos e de 25,2 anos.

Uma outra importante dimensão de análise para explicar o papel das migrações e da nupcialidade, no quadro reprodutivo da sociedade portuguesa deste período, é o das combinações de casamentos segundo as ori-

gens geográficas dos cônjuges residentes na cidade, sendo daí naturais ou tendo para aí migrado. Apresenta-se aqui a análise de quatro categorias fundamentais e os respectivos valores das idades médias ao primeiro casamento das mulheres:

Os cônjuges naturais da cidade, com idade média ao primeiro casamento das mulheres, de 23,7 anos.

Os cônjuges migrantes, com idade média ao primeiro casamento das mulheres, de 28,3 anos.

Os casamentos entre homens migrantes e mulheres naturais da cidade do Porto, com idade média, ao primeiro casamento, das mulheres de 24,2 anos.

Os casamentos entre homens naturais da cidade do Porto e mulheres migrantes, com idade média, ao primeiro casamento das mulheres, de 27,7 anos.

No conjunto, verifica-se que as idades médias, ao primeiro casamento das mulheres, são influenciadas pelas tipologias de casamento descritas ($p < ,05$). Numa observação de maior pormenor, verifica-se que as diferenças são bem marcadas entre as tipologias de casamentos 1 e 2, com uma diferença de médias de 4,6 anos ($p < ,05$), e entre as tipologias de casamento 1 e 4, com uma diferença de médias de 4,0 anos ($p < ,05$), e ainda entre as tipologias de casamento 3 e 4, com uma diferença de médias 3,4 anos ($p < ,05$); estão próximas as tipologias de casamentos 1 e 3, com uma diferença de médias de 0,55 anos ($p > ,05$), e as tipologias de casamentos 2 e 4, com uma diferença de médias de 0,65 anos ($p > ,05$).

Em todas as situações em que as mulheres são migrantes, as idades médias, ao primeiro casamento, são superiores às restantes: nas tipologias de casamentos 2 e 4; nas situações em que as mulheres são naturais da cidade ou em que casam com homens naturais da cidade, as idades médias ao primeiro casamento são inferiores: nas tipologias de casamentos 1 e 3. A explicação para estes valores diferenciados foi avançada num outro texto (Maia 2003: 215-270). Importa agora apenas tentar perceber o seu eventual impacto no processo reprodutivo e num quadro alargado de explicação da Transição da Fecundidade.

*

* *

Na ausência de utilização de meios de contraceção para a maior parte da população, nestes anos e num duplo cenário em que as mulheres podem

ter, em média, o último filho aos 39 anos ou aos 44 anos, as idades médias ao primeiro casamento, diferenciadas das mulheres naturais da cidade em relação às mulheres migrantes, são um importante indicador de percepção das mudanças da reprodução. Num regime próximo de fecundidade natural, os intervalos entre nascimentos para os casais sucedem-se entre um mínimo de 24 meses e um máximo de pouco mais de 36 meses e verifica-se a tendência para o aumento dos espaçamentos com o aumento das idades de procriação, pelo menos até a um número determinado de filhos, entre os terceiro e quatro, na maior parte dos casos (Henry 1988: 153; Maia 1996: 68). A projecção em cenário destes indicadores deixa perceber a contribuição das migrações para o processo de Transição da Fecundidade porque a superior idade média, ao primeiro casamento, das mulheres migrantes em relação às mulheres naturais da cidade, reduz-lhes a capacidade reprodutiva.

Para a sucessão dos nascimentos aos 24 meses, exceptuando as empregadas de escritórios, cujas diferenças nas idades médias, ao primeiro casamento, não se mostraram estatisticamente significativas ($p > ,05$), todas as categorias de análise de comparação entre as idades médias, ao casamento para as mulheres naturais da cidade e para as mulheres migrantes, apontam para diferenças de reprodução superiores a um filho ao longo do ciclo reprodutivos considerados, de 39 ou de 44 anos, em média, para a última concepção. As mulheres migrantes obviamente têm sempre menos filhos do que as mulheres naturais da cidade. As diferenças são mais evidentes, 2,3 filhos, quando se associa, na tipologia de casamento, a condição de migrantes das mulheres com a condição de migrantes dos homens por comparação aos casamentos em que mulheres e homens são naturais da cidade. As mulheres migrantes, que exercem funções relacionadas com o sector secundário de actividade económica, têm também menos 1,9 filhos do que as que, na mesma condição, são naturais da cidade. O mesmo, se considerarmos apenas a relação entre a capacidade reprodutiva e a origem geográfica das mulheres ou a relação entre as tipologias de casamentos em que os homens são naturais da cidade e as mulheres são migrantes, uns e outros com menos 1,8 filhos. Com menor expressão, o mesmo se verifica em relação às que exercem funções no sector terciário e como domésticas, uma e outras com menos 1,6 filhos do que as naturais da cidade na mesma condição, como costureiras, menos 1,4 filhos, como serviçais, menos 1,3 filhos, e mesmo como professoras, menos 1,1 filhos, profissão em que as diferenças encontradas nas idades médias, ao primeiro casamento, não são estatisticamente significativas ($p > ,05$).

É claro que a extensão dos intervalos entre nascimentos dos 24 para os 36 meses faz esbater as diferenças enunciadas de capacidade reprodutiva entre as mulheres migrantes e as mulheres naturais da cidade. Ainda assim, com diferenças iguais ou superiores a um filho, por ordem de importância, destacam-se as situações de comparação entre as tipologias de casamentos para as que são migrantes e que casam com homens migrantes em relação às naturais da cidade que casam com homens naturais da cidade, com menos 1,5 filhos, as mulheres que trabalham no sector secundário, com menos 1,3 filhos, as que são migrantes casadas com naturais da cidade em relação às que são naturais da cidade casadas com migrantes ou, simplesmente, as que são migrantes face às que são naturais da cidade, umas e outras com menos 1,2 filhos, e ainda as que exercem funções no sector terciário da economia e as que são domésticas, umas e outras com menos 1,0 filho.

*

* *

Tomando por valor padrão a média de 5,6 filhos por mulher casada, há 20 ou mais anos, para mulheres na faixa etária dos 40-44 anos, para o ano de 1940 no distrito do Porto, percebe-se, correndo embora o risco de se envenenar por uma análise grosseira, o impacto que a menor capacidade reprodutiva das mulheres migrantes em relação às mulheres naturais da cidade tem sobre a redução da fecundidade no espaço urbano. No caso dos 24 meses de espaçamento entre nascimentos esse impacto é muito significativo, 32,1 por cento, e, reportando-se apenas à diferença de capacidade reprodutiva para as mulheres migrantes em relação às mulheres naturais da cidade, parece coincidir com a diferença apresentada por Livi Bacci (1971: 109), de 30,8 por cento, entre os 5,6 filhos que em média as mulheres têm no distrito do Porto e os 3,9 filhos que em média as mulheres têm na cidade do Porto.

As categorias de análise usadas para a observação das idades médias ao primeiro casamento remetem para valores relativos de impacto na capacidade reprodutiva. Exceptuando as profissões especializadas, as escriturárias mais do que as professoras, nos restantes casos esse impacto é sempre superior a 20,0 por cento e é de 41,1 por cento nas situações em que as mulheres migrantes são casadas com homens migrantes. A relação é equivalente com a adopção dos 36 meses de espaçamento entre nascimentos e traduz-se, obviamente, num menor impacto da diferença de capacidade

reprodutiva das mulheres migrantes sobre a redução da fecundidade em meio urbano e, portanto, numa maior capacidade reprodutiva global.

Conclusão

Os valores apresentados referem-se a mulheres que residem na cidade, que em determinada altura das suas vidas, para aí migraram, aí casaram, aí viveram e aí tiveram filhos. Os seus comportamentos, diferenciados em relação às mulheres naturais da cidade, podem ter explicações múltiplas que estão associadas a dificuldades de integração, sobretudo económicas, e a imperativos de sobrevivência pessoais e familiares no quadro das relações estreitas entre as mulheres que vieram para a cidade e os familiares que permaneceram nas suas terras de origem.

Os dados apresentados neste artigo demonstram que as mulheres migrantes casam mais tarde do que as mulheres naturais da cidade.

Quando as idades médias, ao primeiro casamento, se associam a trabalhos que não exigem grande especialização, as diferenças são mais acentuadas e estatisticamente significativas; o mesmo não acontece nas situações em que os trabalhos exigem especialização e aquisição escolar de conhecimentos.

A origem geográfica dos cônjuges parece ser a variável que intervém de forma mais expressiva, em relação às idades médias ao primeiro casamento das mulheres.

A associação de indicadores padronizados para regimes de fecundidade natural ou próxima do natural com as idades médias, ao primeiro casamento, pelas categorias consideradas, permite compreender que a acção das mulheres migrantes concorre largamente para a concretização do processo de Transição da Fecundidade no tempo em observação, tal e qual faz supor a relação entre os indicadores macro apresentados pelo Grupo de Princeton com os indicadores micro associados aos dados aqui apresentados: a contribuição da idade média, ao primeiro casamento das mulheres migrantes, é superior a 30,0 por cento e equivale às diferenças de capacidade reprodutiva existentes entre a cidade e o distrito do Porto.

Bibliografia

ALMEIDA, Ana Nunes de; ANDRÉ, Isabel Margarida; LALANDA, Piedade, 2002 "Novos padrões e outros cenários para a fecundidade em Portugal" in *Análise Social*, vol. XXXVII (163). Lisboa: 371-409.

BANDEIRA, Mário Leston, 1996, *Demografia e Modernidade. Família e Transição Demográfica em Portugal*. Lisboa: INCM.

BRETTELL, Caroline, 1991 *Homens que Partem, Mulheres que Esperam. Consequências da Emigração numa Freguesia Minhota*. Lisboa: Dom Quixote.

GUINNANE, Timothy W.; MOEHLING, Carolyn M.; Ó GRÁDA, Cormac, 2005 "The fertility of the Irish in the United States in 1910" in *Explanations in Economic History XXX (2005) XXX-XXX: 1-21*.

FERRÃO, João, 1996, *A Demografia Portuguesa*. Cadernos do Público, 6, Lisboa: Público.

FRIEDLANDER, D., SCHELLEKENS, J. e BEM-MOSHE, E., 1991 "The Transition from High to Low Marital Fertility: Cultural or Socioeconomics Determinants", in *Economic Development and Cultural Change*, 39 (2): 331-351.

HENRY, Louis, 1988, *Técnicas de análise em Demografia Histórica*. Lisboa: Gradiva.

KULU, Hill, 2005 "Migration and Fertility: Competing Hypotheses Re-examined" in *European Journal of Population*, 21: 51-87

LIVI BACCI, Massimo, 1971 *A century of portuguese fertility*. Princeton: Princeton University Press.

MAIA, Rui Leandro, 1996 *São Miguel de Barreiros e a sua População. 1700-1925 (Estudo Demográfico)*. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2003, *O sentido das diferenças. Migrantes e naturais: observação de percursos de vida no Bonfim*. Lisboa. Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas: FCG/FCT.

OLIVEIRA, Isabel Tiago, 2005, "A Transição da Fecundidade nas ilhas da Madeira e de S. Miguel" in *Revista de Demografia Histórica 2004*, XXII - II. ADEH: 85-104.

ORIS, Michel, 1996, "Fertility and migration in the heart of the industrial revolution" in *The History of the Family*, vol. 1/No. 2: 169-182.

2000 "The age at marriage of migrants during the industrial revolution in the region of Liège" in *The History of the Family*, vol. 5/No. 4: 391-413.

2003 "The history of migration as a chapter in the history of the European rural family: An overview" in *The History of the Family*, vol. 8: 187-215.

Anexo

1. Idade das mulheres ao primeiro casamento por origem geográfica

Origem Geográfica	Média	Desvio Padrão	n =
Naturais da cidade	23,93	6,53	1674
Migrantes	27,48	8,51	1390
$F = 170,312; p = ,000$			

Fonte: registos de casamento, Bonfim

2. Idade ao primeiro casamento das mulheres por distância dos espaços de origem

Origem Geográfica	Média	Desvio Padrão	n =
Estrangeiro	28,87	9,60	32
Concelhos Distantes	27,63	8,50	1211
Concelhos Fronteiriços	25,84	8,22	147
Porto	23,94	6,53	1673
$F = 59,302; p = ,000$			

Fonte: registos de casamento, Bonfim

3. Idade ao primeiro casamento das mulheres por sectores de actividade económica

Origem Geográfica	Sectores de actividade económica	Média	Desvio Padrão	n =
Naturais da cidade	Secundário	22,94	5,08	331
	Terciário	24,36	6,93	1150
$F = 11,989; p = ,001$				
Migrantes	Secundário	26,67	6,95	212
	Terciário	27,51	8,56	1003
$F = 1,120; p = ,326$				

Fonte: registos de casamento, Bonfim

4. Idade ao primeiro casamento para as mulheres domésticas

Origem Geográfica	Média	Desvio Padrão	n =
Naturais da cidade	24,27	7,20	1008
Migrantes	27,41	8,56	899
$F = 75,535; p = ,000$			

Fonte: registos de casamento, Bonfim

5. Idade ao primeiro casamento para as mulheres a trabalhar a dias / serviços

Origem Geográfica	Média	Desvio Padrão	n =
Naturais da cidade	24,51	5,87	43
Migrantes	26,97	6,99	143
$F = 4,397; p = ,037$			

Fonte: registos de casamento, Bonfim

6. Idade ao primeiro casamento para as mulheres costureiras

Origem Geográfica	Média	Desvio Padrão	n =
Naturais da cidade	22,71	4,31	130
Migrantes	25,54	6,21	41
F = 10,702; p = ,001			

Fonte: registos de casamento, Bonfim

7. Idade ao primeiro casamento para as mulheres professoras

Origem Geográfica	Média	Desvio Padrão	n =
Naturais da cidade	24,42	3,23	24
Migrantes	26,62	5,05	29
F = 3,415; p = ,070			

Fonte: registos de casamento, Bonfim

8. Idade ao primeiro casamento para as mulheres a trabalhar com empregadas de escritório

Origem Geográfica	Média	Desvio Padrão	n =
Naturais da cidade	24,68	5,09	31
Migrantes	25,10	2,97	16
F = ,136; p = ,714			

Fonte: registos de casamento, Bonfim

9. Idade média ao primeiro casamento das mulheres por tipo de casamento

Casamentos por categorias	Média	Desvio Padrão	n =
1	23,68	6,50	1013
2	28,31	9,25	523
3	24,22	6,81	456
4	27,65	8,91	450
F = 58,091			
p = ,000			
(I) Tipo	(J) Tipo	Diferença de Médias	p =
1	2	- 4,63*	,000
	3	- ,55	,590
	4	- 3,97*	,000
2	3	4,08*	,000
	4	,65	,547
3	4	- 3,43*	,000

Fonte: registos de casamento, Bonfim

10. Diferenças de idade média ao primeiro casamento e de potencial reprodutivo das mulheres residentes na cidade, naturais e migrantes, por áreas de trabalho e por tipologias de casamento para sucessões de filhos de 24 meses ou de 36 meses

Categorias de análise		Idade média ao 1º casamento	Diferenças na idade média ao 1º casamento	Anos de casamento com capacidade de reprodução		Último filho					
						39 anos		44 anos		39 ou 44 anos	
						Último filho aos 39 anos	Último filho aos 44 anos	24 meses	36 meses	24 meses	36 meses
		(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g)	(h)	(i)	(j)
Origem Geográfica	Naturais	23,9	3,6	15,1	20,1	7,6	5,0	10,1	6,7	1,8	1,2
	Migrantes	27,5		11,5	16,5	5,8	3,8	8,3	5,5		
Em relação aos naturais	Concelhos fronteiriços	25,8	1,9	13,2	18,2	6,6	4,4	9,1	6,1		
	Concelhos distantes	27,6	3,7	11,4	16,4	5,7	3,8	8,2	5,5		
Sector de Actividade	Estrangeiro	28,9	5,0	10,1	15,1	5,1	3,4	7,6	5,0		
	Secundário	22,9	3,8	16,1	21,1	8,1	5,4	10,6	7,0	1,9	1,3
Sector de Actividade	Migrantes	26,7		12,3	17,3	6,2	4,1	8,7	5,8		
	Terciário	24,4	3,1	14,6	19,6	7,3	4,9	9,8	6,5	1,6	1,0
Sector de Actividade	Migrantes	27,5		11,5	16,5	5,8	3,8	8,3	5,5		
	Domésticas	24,3	3,1	14,7	19,7	7,4	4,9	9,9	6,6	1,6	1,0
Sector de Actividade	Migrantes	27,4		11,6	16,6	5,8	3,9	8,3	5,5		
	Serviçais	24,5	2,5	14,5	19,5	7,3	4,8	9,8	6,5	1,3	0,8
Sem Especialização	Migrantes	27,0		12,0	17,0	6,0	4,0	8,5	5,7		
	Costureiras	22,7	2,7	16,3	21,3	8,2	5,4	10,7	7,1	1,4	0,9
Sem Especialização	Migrantes	25,4		13,6	18,6	6,8	4,5	9,3	6,2		
	Professoras	24,4	2,2	14,6	19,6	7,3	4,9	9,8	6,5	1,1	0,7
Com Especialização	Migrantes	26,6		12,4	17,4	6,2	4,1	8,7	5,8		
	Escriturárias	24,7	0,5	14,3	19,3	7,2	4,8	9,7	6,4	0,3	0,2
Com Especialização	Migrantes	25,2		13,8	18,8	6,9	4,6	9,4	6,3		
	1	23,7	4,6	15,3	20,3	7,7	5,1	10,2	6,8	2,3	1,5
Tipos Casamento	2	28,3		10,7	15,7	5,4	3,6	7,9	5,2		
	3	24,2	3,5	14,8	19,8	7,4	4,9	9,9	6,6	1,8	1,2
Tipos Casamento	4	27,7		11,3	16,3	5,7	3,8	8,2	5,4		

Fonte: registos de casamento, Bonfim

11. Contributo em percentagem da redução da capacidade reprodutiva das mulheres migrantes em relação ao n.º médio de filhos por mulheres casadas há 20 ou mais anos, entre os 40 e os 44 anos, no distrito do Porto em 1940. 5,6 filhos como referência

Categorias de análise			Idade média ao 1º casamento	Diferenças na idade média ao 1º casamento	Diferença de capacidade de reprodução entre Naturais e Migrantes		Contributo em percentagem da redução da capacidade reprodutiva das mulheres migrantes em relação ao n.º médio de filhos por mulheres casadas há 20 ou mais anos, entre os 40 e os 44 anos, no distrito do Porto em 1940 5,6 filhos como referência			
					24 meses	36 meses	Espaços entre nascimentos de 24 meses (c*100)/5,6	Hipotético n.º de filhos na cidade do Porto 24 meses entre nascimentos 5,6 · (c)	Espaços de nascimentos de 36 meses (d*100)/5,6	Hipotético n.º de filhos na cidade do Porto 36 meses entre nascimentos 5,6 · (d)
			(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g)	(h)
Origem Geográfica	Naturais		23,9	3,6	1,8	1,2	32,1	3,8	21,4	4,4
	Migrantes		27,5							
Sector de Actividade	Secundário	Naturais	22,9	3,8	1,9	1,3	33,9	3,7	23,2	4,3
		Migrantes	26,7							
	Terciário	Naturais	24,4	3,1	1,6	1,0	28,6	4,0	17,9	4,6
		Migrantes	27,5							
	Domésticas	Naturais	24,3	3,1	1,6	1,0	28,6	4,0	17,9	4,6
		Migrantes	27,4							
Sem Especialização	Serviçais	Naturais	24,5	2,5	1,3	0,8	23,2	4,3	14,3	4,8
		Migrantes	27,0							
	Costureiras	Naturais	22,7	2,7	1,4	0,9	25,0	4,2	16,1	4,7
		Migrantes	25,4							
Com Especialização	Professoras	Naturais	24,4	2,2	1,1	0,7	19,6	4,5	12,5	4,9
		Migrantes	26,6							
	Escriturárias	Naturais	24,7	0,5	0,3	0,2	5,4	5,3	3,6	5,4
		Migrantes	25,2							
Tipos Casamento	1	Naturais	23,7	4,6	2,3	1,5	41,1	3,3	26,8	4,1
	2	Migrantes	28,3							
	3	Mistos	24,2	3,5	1,8	1,2	32,1	3,8	21,4	4,4
	4	Mistos	27,7							

Fonte: registos de casamento, Bonfim